

PARTICIPAÇÃO ORGANIZACIONAL E COMUNITÁRIA EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

Williane Reinaldo do Nascimento

UNISUAM, Rio de Janeiro

williane.reinaldo@gmail.com

Márcio Albuquerque Vianna

PPGEduCIMAT

maugusta@ucdb.br

<https://orcid.org/0000-0001-5235-3164>

Maria Geralda de Miranda

PPGDL-UNISUAM

mgmiranda@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2461-7414>

Arthur de Sá Ferreira

Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM

arthur_sf@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-7014-2002>

RESUMO

Esta revisão de literatura objetiva identificar como a inclusão digital pode influenciar no desenvolvimento socioeconômico de um território, bem como enfatizar a importância da organização participativa nas questões que abarcam a implementação de políticas inclusivas em apoio ao progresso local. Busca-se evidenciar a necessidade da acessibilidade pela população marginalizada à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) demandadas pela globalização. Foi empregada, nas investigações propostas, a pesquisa bibliográfica consultando-se referenciais que dialogavam com o eixo central do estudo. Mediante tais reflexões constatou-se que as políticas públicas de inclusão digital no Brasil são ações existentes desde os meados de 1990 e têm sido implementadas ao longo do tempo. Com isto entende-se que tal iniciativa depende das ações conjuntas do poder público e das esferas da sociedade civil empreendendo esforços na consolidação desta política social. Tal prerrogativa remete às questões da governança participativa, levantada na temática alçada. Por meio deste estudo também se pôde constatar que a inclusão digital promove a inserção comunitária aos meios e processos presentes na TIC, enquanto um direito ao desfrute equitativo e universal às redes mundiais de informação. Sublinha-se desta forma que a inclusão digital deve ser entendida como elemento propulsor do desenvolvimento econômico, solução de problemas sociais e como ferramenta para o desenvolvimento multidimensional do sujeito, relacionando-se com a garantia de direitos de cidadania. O estudo procurou se enquadrar com os fundamentos do desenvolvimento sustentável, que preconiza a estruturação de uma sociedade mais justa; o combate às desigualdades em locais periféricos e subdesenvolvidos, conforme a Agenda 2030.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Inovação Organizacional; Política Pública; Inclusão Digital.

ORGANIZATIONAL AND COMMUNITY PARTICIPATION TOWARDS LOCAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT

This literature review aims to identify how digital inclusion can influence the socio-economic development of a territory, as well as to emphasize the importance of participatory organization in issues that encompass the implementation of inclusive policies in support of local progress. It seeks to highlight the need for accessibility to information and communication technologies by the marginalized population demanded by globalization. In the proposed investigations, bibliographic research was used, consulting references that dialogued with the central axis of the study. Through such reflections, it was found that public policies for digital inclusion in Brazil are actions that have been in place since the mid-1990s and have been implemented over time. With this, it is understood that such an initiative depends on the joint actions of the public power and the spheres of civil society, making efforts to consolidate this social policy. This prerogative refers to the issues of participatory governance, raised in the theme raised. Through this study, it was also possible to verify that digital inclusion promotes community insertion in the means and processes present in information and communication technologies, as a right to equitable and universal enjoyment of global information networks. In this way, it is emphasized that digital inclusion must be understood as a propelling element of economic development, solution of social problems and as a tool for the multidimensional development of the subject, relating to the guarantee of citizenship rights. The study sought to fit in with the foundations of sustainable development, which advocates the structuring of a fairer society; the fight against inequalities in peripheral and underdeveloped places, according to the 2030 Agenda.

Keywords: Local Development; Organizational Innovation; Public Policy; Digital Inclusion

Recebido em: 16/05/2022.
Aceito em: 04/10/2022.

INTRODUÇÃO

Ao se adentrar na questão da participação ativa de cidadãos em torno da transformação de seu espaço de vida, ou seja, de sua comunidade, faz-se necessário pontuar antes de tudo a questão que se constitui como o centro do debate: o desenvolvimento local. Ante a isto, Nadia Somekh (2010), caracteriza a temática **o que é desenvolvimento local**, denotando esse espaço como um “palco” para atores que se enxergam como cidadãos proativos e procuram a mudança

de sua realidade de forma conjuntural. Tal declaração consente que estes mesmos cidadãos sejam considerados como atores sociais, com ações politicamente articuladas frente ao desenvolvimento local (SOMEKH, 2010). Entende-se com esta assertiva a propiciação do empoderamento local através da organização, a fim de se obter melhorias e a transformação do espaço de vida de acordo com a luta coletiva em torno de uma gestão participativa e descentralizada.

Dowbor (2016) assevera que as intervenções do Estado, das empreiteiras e especulações imobiliárias são comumente consideradas por cidadãos – muitas vezes inconscientes dos seus direitos – como única forma de transformação positiva da realidade. No entanto, destaca-se que o indivíduo pode melhorar o ambiente, ao invés de se mudar do seu local de origem, e até mesmo tomar iniciativas junto às esferas estatais (também não governamentais) a fim de se atingir o progresso local (p.10).

Ao se amparar na tese de Vianna (2017) intitulada “**A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária**”, se obtém a noção sobre se perceber o “comunitário”, o “local” e o “regional” como espaços socialmente construídos a partir da criação de políticas públicas elaboradas “de baixo para cima” - *bottom up* (VIANNA, 2017, p. 21), em que as especificidades do local funcionam como propiciador do desenvolvimento, fomentando a luta e permanência das famílias no campo. Nesse contexto, por meio de uma política pública de desenvolvimento agrário, criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, possibilitou-se a geração de recursos e de uma conjuntura favorável: [...] Para a preservação da identidade, do modo de vida e da produção, no sentido de garantir, sobretudo, a segurança alimentar dos produtores e de toda a sociedade (Ibidem, p.22). Nesse mesmo enredo, a economia solidária encontra-se ancorada em tais iniciativas de organização participativa, onde o empenho pela ascensão social e econômica de uma localidade revela um modo de construção de identidade

territorial, a apropriação democrática da cultura daquela sociedade e ainda a promoção da visibilidade de comunidades antes esquecidas pelo poder público. Assim sendo tem-se a descrição desta modalidade socioeconômica por Vieira, Parente e Barbosa (2017, p.109) os quais denotam que a economia solidária prima pela igualdade direitos, a autogestão coletiva e democrática dos seus participantes.

Outra questão importante a ser assinalada em torno da participação de forma organizacional é a questão da governança participativa, um fator fundamental no que se refere às questões voltadas para o desenvolvimento local e o âmbito socioeconômico. Nesse quesito assegura-se que “a prática da boa governança é o elo necessário entre o desenvolvimento e as ações governamentais, visto que seus princípios deveriam aumentar a eficiência e a legitimidade nos processos de elaboração e execução de políticas públicas” (MOURA, 2014, apud, CAETANO; ARAÚJO; KHAN, 2019). Para esses autores, a governança participativa possui bases que possibilitam o alcance de resultados significativos enquanto um referencial de elaboração e efetivação de políticas de interesse global, como políticas ambientais e de desenvolvimento (Ibidem, p.98). Estes autores ressaltam ainda que em relação a questão do desenvolvimento socioeconômico, precisa-se enfatizar que se distingue do processo de crescimento econômico, que interliga-se à uma progressão quantitativa de riqueza material (renda per capita), ao passo em que o desenvolvimento socioeconômico abrange as dimensões social, cultural, política, econômica e ambiental, ou seja, âmbitos que envolvem o indivíduo como um todo.

Amartya Sen (2010) em sua obra **Desenvolvimento como liberdade** vivifica a ideia de liberdade enquanto garantia de direitos políticos e civis básicos, de forma que sem esta as pessoas se tornam incapazes de gerir suas vidas e ainda priva-se as mesmas de serem participantes proativos em questões políticas e assuntos de ordem pública, o que conseqüentemente acarreta alienação da vida social e política. Este teórico enfatiza com

veemência que tais restrições são consideradas como deficiências, uma vez que as liberdades políticas e os direitos civis são elementos constitutivos dada liberdade humana. Por meio de sua visão, Sen (2010), identifica que ao se examinar o papel dos direitos humanos no desenvolvimento deve-se levar em conta a constitucionalidade e ainda a operacionalidade dos direitos civis e liberdades políticas, e neste panorama afirma que a liberdade possui em si processos que permitem a tomada de ações e decisões, enquanto as oportunidades reais que as pessoas têm (p.31).

Por meio disto coloca-se o papel da liberdade na vida do ser humano como fator de expansão das capacidades, em que este poderá escolher e executar seu projeto de vida, conforme o valor que possui para si. Frisa-se desta forma a fala em que Amartya Sen abona as iniciativas em torno da garantia dos direitos das pessoas: “Essas capacidades podem ser aumentadas pelas políticas públicas, mas, por outro lado, também a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo dadas capacidades participativas do povo” (p.32).

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

Um dos destaques para esta temática segundo Carvalho & Barbosa (2011) é a noção de que a implementação das políticas públicas não é algo linear, mas que precede a muitos percalços que sofrem as influências das circunstâncias externas aos agentes planejadores e implementadores, as quais tornarão possíveis ou não a sua implementação (p. 5). No entanto é possível esperar-se em torno deste tema a fim de que se construa o melhor caminho para que se torne passível de ser realizada.

Carvalho *et al.* (2010) denotam que no geral as políticas públicas surgem da identificação das necessidades e/ou problemas de atores sociais, os quais observam as lacunas expostas que não foram sanadas pelo poder público. Tal fato vem a desencadear a

marginalização desse grupo social, situação esta que se transforma em questões de desigualdade dentro da sociedade. Nesse sentido as políticas públicas possuem o objetivo de ir ao encontro a estas problemáticas que precisam de atenção e reparação pelo governo.

Mediante ao contexto da relevância das políticas públicas em auxílio ao desenvolvimento, destaca-se o caderno resumo, um **Manual de critérios para a elaboração das políticas públicas (2019)** que possui o propósito de orientação para a elaboração de políticas públicas. Com fins de entendimento e ciência das etapas a serem seguidas, o pesquisador deverá observar minuciosamente cada detalhe que compõe o sucesso dessa empreitada. Desta forma tem-se no caderno resumo as coordenadas para a elaboração da política, desde o diagnóstico do problema, o desenho e a caracterização da política, as estratégias de implementação de confiança e suporte ao monitoramento, avaliação e controle. Também se têm as etapas e ferramentas que promovem o alinhamento desta com os processos pormenores que são cruciais na sua elaboração, o que vai tornando-a mais encadeada com as demandas dentro do sistema estratégico, que visa efetivar a construção e aplicação da política pública.

A literatura salienta que se constitui como primordial complementar as ações no momento em que se edifica a política, a fim de que se aperfeiçoe o desenho desta, a partir do conhecimento sobre as outras políticas que já foram implementadas. Assim sendo faz-se necessário evidenciar noções que envolvem a articulação desse tema, a saber: A incorporação dos detalhes dos casos de sucesso; o aproveitamento das experiências para melhorar o diagnóstico do problema; e o resguardo de incidências em políticas que porventura convergem às mesmas problemáticas. Desta forma o caderno orienta, sobretudo, que se deve conhecer as experiências passadas e também as presentes, intuindo desviar-se dos mesmos erros, e, para além, aproveitar os conhecimentos gerados pelos casos de sucesso, o que visa a redução de

gastos públicos e o resguardo de ações para a resolução de problemas exorbitantes (Ibidem, p.10).

Em outra orientação com fatos relevantes, o manual instrui a questões de entendimento da descontinuação de determinadas políticas, onde se precisa conhecer as deficiências que subtraíram o desempenho desta, e mediante isto o construtor da política deve realizar uma autocrítica tecendo argumentos relevantes, que sustentem o sucesso da referida proposta.

A partir destes panoramas, há ainda um apontamento relevante deste guia que se deve ressaltar, constituindo-se da necessidade do alinhamento político das ações públicas com a Agenda 2030¹. Nessa perspectiva sublinha-se que: A relevância do problema deve estar alinhada com metas, desafios, objetivos e compromissos das Agendas estratégicas internacionais, nacionais, regionais e estaduais, assumidas pelo Estado (Ibidem, p.12). Dentre outras recomendações em que o **Manual de critérios para a elaboração das políticas públicas** propõe aos idealizadores da mesma a fim de que se obtenha o maior êxito possível neste empreendimento social.

A INCLUSÃO DIGITAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao se conceituar a inclusão digital enquanto uma política pública social de acessibilidade às infraestruturas Tecnológicas da Informação e Comunicação (TIC) procura-se analisar com isto, a viabilidade da difusão do conhecimento tecnológico de forma equitativa, o que se pode conceber também como um meio de concessão da informação de forma socializada.

De acordo com Rosa (2013) o conceito de inclusão digital concerne a sentidos que remetem a três vertentes que permitem compreender tal assunto sob uma ampla perspectiva, a saber: 1- acesso; 2 - alfabetização; 3 - apropriação das tecnologias (ou letramento digital).

¹ Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 24 de abril de 2022.

Conjuntamente, Rosa (2013) faz importantes observações nas quais clarificam as atribuições que envolvem a inclusão digital, e nisto enfatiza que esta política pública se associa a diferentes objetivos: Inclusão digital como elemento de desenvolvimento econômico; como solução de problemas sociais; e como ferramenta para o desenvolvimento multidimensional do sujeito, relacionando-se com a garantia de direitos de cidadania (p. 37).

Concernente às questões voltadas para a alfabetização e o letramento digital, Vianna (2013) identifica que a mera instrumentalização digital de educadores e de alunos no âmbito educacional, como uma forma de adequação as demandas mercadológicas, torna-se cenário de discussão, uma vez que permeada pelo senso comum, apela-se pela inclusão digital no ensino e na aprendizagem simploriamente através do cunho operacional, resultando unicamente na inserção tecnológica, ou seja, na alfabetização digital. Tal acontecimento considera-se insatisfatório, haja vista que apenas a operacionalização dos indivíduos acarretará justamente no direcionamento destes às demandas de consumo dos recursos físicos tecnológicos (computadores, smartphones, tablets e etc.) (p.1), e não na transformação desses recursos em novas tecnologias digitais de forma dinâmica.

Para que ocorra essa transformação digital faz-se necessário o letramento digital que vai além do simples manuseio e adequação tecnológicos, como uma forma de discurso sobre a inserção do indivíduo no mundo globalizado. Nesse sentido cabe ressaltar que Vianna (2013) em sua abordagem sobre a educação matemática procura redirecionar a visão do discurso operacional para além desse olhar técnico.

Sob o contexto do letramento digital, ou seja, da reflexão crítica na prática de ensino e aprendizagem por meio da TIC, apoia-se no autor supracitado, o qual propõe, ações voltadas não somente para o indivíduo, mas também para a promoção da coletividade dentro das escolas. Tal quadro prevê a utilização de tecnologias (computadores pessoais e internet) pela população de forma democrática, propiciando assim a construção de espaços de discussão entre os

professores, através de fóruns de debates em que os mesmos relatem suas experiências e conquistas com os alunos, os quais estes possam desfrutar de um ambiente educativo que se utilize das TICs para a formação do pensamento crítico e reflexivo (VIANNA, 2013, p. 75).

Vianna (2013) afirma ainda que é preciso olhar este panorama com expectativas de mudanças positivas, em que a escola ultrapasse a concepção de adequação e instrumentalização das massas e passe a unir as práticas pedagógicas de capacitação tecnológica com propostas mais contemplativas, em que a dinâmica pedagógica possa estar presente no uso da TIC, havendo a transformação desta em novas ferramentas digitais, e ainda que exista a construção, elaboração e argumentação por meio da crítica e da reflexão sobre o universo tecnológico (Ibidem, p.77).

Respectivamente exemplifica-se modelos de sucesso quanto a inserção da política de inclusão digital em um território, por meio de Franklin Dias Coelho (2010), onde situa em sua abordagem dentro do projeto **Cidades Digitais**, a materialização da inserção comunitária aos meios e processos presentes nas TICs, salientando que se configura como um direito ao desfrute equitativo e universal às redes mundiais de informação. Para este autor a implementação de redes locais de transmissão de voz e a expansão das redes *wireless* torna possível a construção de um sistema próprio, o que vem a resolver o problema da disponibilização lenta de internet banda larga às residências e também a redução de custeio, que vem a se configurar como um dos benefícios desse sistema ao expandir essas redes para a comunidade (Ibidem, p. 347).

Ainda para Coelho (2010, p.349) o cerne da questão está na possibilidade de uma nova organização e na integração de todo o território que passará a estar interligado por meio da rede pública de transmissão de voz e imagem. Assim, este sublinha os benefícios marcantes que se propicia com tal conectividade - a atuação do cidadão diante dessa nova tecnologia na produção, gestão e usufruto - a garantia do direito universal a informação, conhecimento e comunicação, o que se torna como estratégia sustentável de gestão local. Desse modo entende-se que o projeto

Cidades Digitais visa principalmente a difusão e descentralização das TICs dentro de um território, o que vem a demandar novos arranjos institucionais que permitam a constituição e materialização desse processo global, além da publicização desse serviço dentro das comunidades.

A fim de se traçar demonstrativo recorre-se ao Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2015), no qual a literatura em questão faz um levantamento a respeito dos principais programas de inclusão digital realizados pelo governo federal no Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais programas de inclusão digital do governo federal no Brasil.

Fonte: Brasil, Tribunal de Contas da União. **A política pública de inclusão digital no Brasil** - Brasília (TCU, 2015, Capítulo: 23).

ANO VIGENTE	MINISTÉRIO COORDENADOR	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS PROGRAMAS
Meados dos anos 1990	Portaria Interministerial MC/MCTI nº 147/1995 - Decreto nº 4.829/2003.	Criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, com a incumbência de articular as ações relativas à proposição de normas e procedimentos referentes à regulamentação das atividades inerentes à Internet no país, estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao seu uso e desenvolvimento.
1997	Ministério da Educação - MEC.	Criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.
2000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).	Implantação dos chamados telecentros: espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito a computadores conectados à Internet. Lançou-se uma publicação estratégica para orientar o desenvolvimento das TIC no país, o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil. O documento contempla um conjunto de ações para impulsionar a sociedade da informação em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo a pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações.
2002	Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).	Objetivo: fornecer conexões à Internet, na sua maioria via satélite, para telecentros, escolas, órgãos públicos localizados em regiões remotas e de fronteira.
2005	Decreto nº 5.542/2005 – MCTI; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Presidência da República.	Criação do Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos. A linha de ação se concentrava nas desonerações de tributos federais e em condições especiais de financiamento, com a finalidade de reduzir o preço desses equipamentos.

2007	Proinfo / Ministério da Educação (MEC) - Lei nº 12.249/2010).	Início do projeto Um Computador por Aluno (UCA), o qual tinha por finalidade a distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Instituição do Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (RECOMPE).
2008	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Criação do projeto Territórios Digitais o qual tem por objetivo oferecer gratuitamente acesso à informática e à Internet para populações rurais, por meio da implantação de unidades de telecentro chamadas de Casas Digitais. Lançamento do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE). Por esta ação as operadoras de telefonia fixa se comprometeram a conectar todas as escolas públicas urbanas à Internet, com manutenção dos serviços sem ônus até 2025, em troca da obrigação de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios.
2009	Decreto nº 6.991/2009, coordenado pelos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), das Comunicações (MC) e do MCTI.	Destaca-se o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR). Ganha relevância a primeira tentativa de centralização das iniciativas de inclusão digital, até então dispersas em diversos órgãos da Administração. Além da implantação e da manutenção de telecentros públicos e comunitários, esta ação também trabalha na formação e no auxílio financeiro de monitores para as unidades. Dentre outras funções, tinha como atribuição estabelecer as diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital e monitorar a implementação e o desempenho dos projetos.
2010	Instituído pelo Decreto nº 7.175/2010.	Criação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de ampliar o acesso à Internet em banda larga no país, (um dos maiores obstáculos para a efetiva inclusão digital).
2011	Criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID), pelo Decreto nº 7.462/2011, na estrutura do Ministério das Comunicações, a qual, segundo manifestação da Casa Civil da Presidência, a partir desse momento, assumiria, no lugar do CGPID, a coordenação das ações de inclusão digital.	Esta nova unidade assumiu a responsabilidade por programas já conduzidos pelo MC, como GESAC e Telecentros Comunitários, assim como recebeu do MPOG os programas Telecentros.BR e Computadores para a Inclusão, este último relacionado à recuperação de computadores e capacitação de jovens de baixa renda.
2012	PORTARIA Nº - 376, DE 19 DE AGOSTO DE 2011. O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES (MC), no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, resolve:	Art. 1º Instituir o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais com o objetivo de: I – constituir redes digitais locais de comunicação nos municípios brasileiros; II – promover a produção e oferta de conteúdos e serviços digitais; e III – facilitar a apropriação de tecnologias da informação e da comunicação pela gestão pública local e pela população, de maneira coordenada e integrada entre esferas dos poderes públicos e da sociedade.
2014	Exército Brasileiro – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP.	Lançamento do Programa Amazônia Conectada, uma ação capitaneada com o objetivo de integrar, via fibra óptica subfluvial, o interior do estado do Amazonas, com a previsão de implementação de um <i>backbone</i> de fibra óptica de cerca de 8 mil km de extensão, lançado nos leitos afluentes da Bacia Amazônica.

2015	Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal	Previsão de lançamento de um novo programa de inclusão digital para suprir as deficiências de infraestrutura, o Programa Banda Larga para Todos (PBLT), que viria em substituição ao PNBL. Este novo programa, segundo informações divulgadas, previa o aumento da velocidade média da banda larga no país para 25 Mbps e o alcance de 90% da população brasileira com banda larga de alta velocidade, seja por fibra ou através de rádio, até 2018.
------	--	--

No Quadro-1 foram elencadas as políticas de inclusão digital brasileiras aplicadas pelo distintos ministérios governamentais, com o intuito de se salientar as ações estatais em direção a essa política, bem como demonstrar que a mesma tem sido aplicada no país e aprimorada ao longo do tempo, o que torna possível sua observação, e para além, sua exequibilidade. Além disto, evidencia-se que é assegurado por instância maior (o governo federal) sua execução enquanto ferramenta tecnológica em assistência aos inúmeros âmbitos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta revisão observou-se a importância fundamental das políticas públicas no desenvolvimento. Percebeu-se que, por meio das políticas sociais inclusivas, possibilita-se a evolução social e econômica de um território. Foi possível apreender ainda que as ferramentas tecnológicas são recursos que possibilitam a entrada do cidadão no mundo globalizado e, por meio dessa acessibilidade, este pode contar com um valioso recurso por meio da informação rápida e conexão em rede, propiciando seu letramento frente aos processos e ferramentas tecnológicas. Tal insumo, confere assim a implantação da chamada sociedade da informação, conferindo inovações e oportunidades educacionais, no mercado de trabalho, na gestão pública, enfim aos vários âmbitos da sociedade, diminui cada vez mais o distanciamento das pessoas menos favorecidas as TICs, possibilitando igualdade neste relevante aspecto, que faz total diferença em âmbitos cada vez mais globalizados e participativos. Ademais, pondera-se que o letramento digital e o domínio (e detenção) das TICs pelo cidadão precisa estar alinhado à

reflexão crítica, onde este possa modificar a realidade que o cerca, transformando-a em novas ferramentas tecnológicas e novos conhecimentos. Permitiu-se com isto, se atingir o objetivo que esta pesquisa buscou em obter a compreensão sobre a influência das políticas públicas de inclusão digital no desenvolvimento sustentável local. Sugere-se, por conseguinte que esta pesquisa possibilite novas abordagens, análises futuras, assim como vieses para estudos, e pesquisadores interessados pelo tema em questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Política pública de inclusão digital** / Tribunal de Contas da União. - Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecom, 2015. 76 p.

CAETANO, Francisco Aquiles de Oliveira; ARAÚJO, Jair Andrade de; KHAN, Ahmad Saeed. **Fatores condicionantes do desenvolvimento socioeconômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva do PIB e dos indicadores globais de governança**. Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus do Pici, Fortaleza, CE, Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 95-109, jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1646>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

CARVALHO, Maria de Lourdes de & BARBOSA, Telma Regina Guimarães da Costa. **Modelos Orientadores da Implementação de Política Pública: uma lacuna da literatura**. XXXV Encontro da ANPAD - Rio de Janeiro - Setembro, 2011.

CARVALHO, Maria de Lourdes de; Et al. **Implementação de Política Pública: uma abordagem teórica e crítica**. X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur- Mar del Plata, Diciembre de 2010.

COELHO, Franklin Dias. **Desenvolvimento local e sociedade da informação - Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local**. Ladislau Dowbor e Marcio Pochman, organizadores. Editora Fundação Perseu Abramo: 7 de abril de 2010, 380 páginas.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz, MA, Ética, 2016.144 p. ISBN 978-85-88172-50-0.

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas – Caderno-Resumo, 2019. São Luís, 2019, 38p.

ROSA, Fernanda Ribeiro. **Inclusão digital como política pública: disputas no campo dos direitos humanos**. Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos, 2013. Conectas Direitos Humanos - Fundação Carlos Chagas. <http://www.conectas.org/revista-sur/conectas-e-fundacao-carlos-chagas-divulgam-selecionados-para-o-programa-de-incentivo-a-producao-academica-em-direitos-humanos?pg=2>.

SOMEKH, Nadia. **A construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local.** Ladislau Dowbor e Marcio Pochman, organizadores. Editora Fundação Perseu Abramo: 7 de abril de 2010, 380 páginas.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Laura Teixeira Motta (tradução). Idioma: Português - 464 p. Editora: Companhia das letras, 8ª reimpressão, maio de 2010. ISBN-10: 8535916466; ISBN-13: 978-8535916461.

VIANNA, Márcio de Albuquerque. Educação matemática das massas: as novas tecnologias como instrumento de adequação? In **Formação de novos professores: entre as novas tecnologias e as escolas de massa.** Marco Antonio de Moraes; Wanderley da Silva (organizadores) – Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013. 128 p.: il. ISBN 978-85-8067-053-0.

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de Conhecimento Local em Agropecuária.** Márcio de Albuquerque Vianna. **Tese** - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Seropédica-RJ, março de 2017.

SITES DA WEB VISITADOS

Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desensust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2021.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x:** da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira.** Tradução de Aurélio Domingues. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

LUCAS, Gustavo Corrêa. **A contribuição do Duque de Caxias na identidade moral do soldado do Exército Brasileiro, no contexto da Guerra Tríplice Aliança.** 2020. 39f. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, RJ.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Caxias:** nome tutelar da nacionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Edico, 1973.

PINTO DE CAMPOS, Joaquim. **Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Anos 90,** Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 14, dez. 2000.

RIBEIRO, Cristiano Prado. Gustavo Barroso e a Construção do Exército Brasileiro. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, **Anais...** Universidade Estadual de Maringá, set.2011

ROZA, Filipe Lomba Garcia. A idealização do passado no conservadorismo reformista de Thomas Carlyle. **Revista Vox**, n. 12, p. 78-88, 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, 2003.

SILVA, Luzia Gabriele Maia. A biografia e a busca por uma dimensão individual da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 265-271, 2013.

SOARES, Álvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2021.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 90-111, 2009.

SPENCER, Herbert. **The study of sociology**. London: Henry S. King & Co. 1873.

TOLSTÓI, Leon. **Guerre et paix**. Paris: Éditions de Poche, 1974.

VIANA, Ascânio. A atuação de Caxias como pacificador. **A Defesa Nacional**, v. 29, n. 339, 1942.